

>>> continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas** (Em milhares de Reais)

dos lucros à disposição da assembleia para a constituição de reserva para contingências. Em 2023 o valor destinado para a referida reserva foi de R\$ 4.852, em 2024 o valor destinado foi de R\$ 1.233. Tanto na Assembleia de 2023 quanto de 2024, o valor deliberado para reserva de contingências teve como base o valor das contingências cíveis e trabalhistas provisionadas nos balanços de 31 de dezembro de 2022 e 2023, respectivamente, cujo risco de perda das ações foi classificado pela assessoria jurídica como "provável".

(d) Lucros a disposição da Assembleia Geral: Do resultado do exercício de 2024, R\$ 12.000 foram distribuídos com base no resultado intermediário do primeiro semestre, nos termos da legislação vigente e do Estatuto Social da Companhia. O resultado remanescente do exercício de 2024 no valor de R\$ 9.196 permanece disponível para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

12.3 Dividendos: O Estatuto Social da Companhia prevê que as ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, permitindo a imputação a eles dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. No ano de 2024 a Companhia distribuiu aos acionistas a título de dividendos o montante de R\$ 26.400 (R\$ 29.788 em 2023), conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	2024	2023
Destinação do resultado do exercício anterior		14.400	15.759
Dividendos intermediários semestrais		12.000	14.029
Total		26.400	29.788

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não constituiu provisão para pagamento de dividendos, considerando que o valor distribuído no segundo semestre a título de dividendos intermediários é superior ao percentual de 25% relativo aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social.

13. Receita operacional líquida

Descrição	Controladora	Consolidado	2024	2023
Serviço de gestão da produção	159.380	159.380	172.935	172.935
Comissão de intermediação	9.356	9.356	7.898	7.898
Serviços de biometria	3.534	3.534	1.219	1.219
Agenciamento e corretagem de seguros e capitalização	154	1.196	139	950
Serviços de cobrança	5	5	28	28
Deduções da receita bruta	(2.845)	(2.852)	(3.007)	(3.012)
PIS sobre faturamento	(13.105)	(13.136)	(13.849)	(13.873)
COFINS sobre faturamento	(8.587)	(8.619)	(9.086)	(9.110)
ISSQN	-	-	-	-
Total receita líquida	147.892	148.865	156.277	157.035

14. Despesas por natureza

Descrição	Controladora	Consolidado	2024	2023
Custo dos serviços prestados	(43.555)	(43.569)	(38.290)	(38.299)
Despesas gerais e administrativas	(56.184)	(56.626)	(55.834)	(56.357)
Impairment de ativos financeiros	(6.083)	(6.083)	(7.972)	(7.972)
Outras receitas e despesas operacionais	(18.264)	(18.252)	(10.785)	(10.786)
Total	(124.086)	(124.530)	(112.881)	(113.414)
Despesas de pessoal	(56.873)	(57.004)	(54.148)	(54.514)
Serviços de terceiros	(6.188)	(6.203)	(4.792)	(4.801)
TI e telecomunicações	(16.474)	(16.479)	(14.277)	(14.277)
Estrutura e consumo	(1.231)	(1.231)	(1.230)	(1.230)
Serviços e despesas de apoio	(2.782)	(2.786)	(2.714)	(2.719)
Conservação e manutenção	(1.252)	(1.252)	(1.576)	(1.576)
Despesas de marketing	(4.398)	(4.131)	(4.131)	(4.142)
Outras despesas administrativas	(1.356)	(1.371)	(2.387)	(2.387)
Depreciação e amortização	(8.011)	(8.012)	(7.521)	(7.522)
Depreciação direito de uso	(1.568)	(1.568)	(1.757)	(1.757)
Perdas na alienação e baixa de ativos imobilizados	(25)	(25)	(113)	(113)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(6.083)	(6.083)	(7.972)	(7.972)
Prejuízo com indenizações contratuais	(5.003)	(5.003)	(6.300)	(6.300)
Reversão/(Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.047	1.047	(1.233)	(1.233)
(Provisão)/Reversão para indenizações contratuais	(1.446)	(1.446)	576	576
Prejuízos de valores a receber de correspondentes	(13.354)	(13.354)	(5.892)	(5.892)
Ressarcimento de despesas - Processo arbitral	1.699	1.699	2.281	2.281
Provisão para não realização de benefício fiscal	(2.140)	(2.140)	(786)	(786)
Recuperação de indébito tributário	963	963	-	-
Outras receitas e despesas	389	213	1.091	950
Total	(124.086)	(124.530)	(112.881)	(113.414)

15. Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia mantém seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, que em 31 de dezembro de 2024, corresponde a 99,9% das receitas da Companhia (99,3% da receita consolidada). Atualmente, esses serviços são prestados exclusivamente ao parceiro comercial e acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banisul"). Em 2023 a Companhia iniciou a prestação de serviços de biometria, serviços estes prestados até o momento a partes relacionadas conforme Nota Explicativa nº 15.1. Os principais saldos de ativos e passivos, bem como valores registrados no resultado do exercício originados nas operações com partes relacionadas, decorrem dessas operações que são realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes. Essas condições, em determinadas operações, podem não ser comparáveis caso realizadas com terceiros. Os saldos e os resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, e estão sumarizadas a seguir:

Conselho de Administração				
Artur José de Lemos Júnior	Claudio Matone	Ricardo Russowsky	Daniel Matone	Pricilla Maria Santana
Presidente	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheira

Parecer do Conselho Fiscal				
Claudio Matone	Bruno Fronza	Ricardo Padoin Nené	Ronaldo Maciel de Ávila Junior	
Diretor Presidente	Diretor Administrativo e Financeiro	Diretor de Tecnologia	CRC/RS 074.550/O-2	

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II, III e VII do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Com base em nossos exames, no Relatório dos Auditores Independentes e nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações financeiras estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e recomendamos sua aprovação.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2025.

Mauro Renato Flores - Presidente

Luiz Alcides Caponi - Conselheiro

Maria Ester Rodrigues Gazalle - Conselheira

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

Administração pretenda liquidar a Bem Promotora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Bem Promotora"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Bem Promotora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ênfase

Transações com partes relacionadas - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, que descreve as características, volumes e condições em que as operações foram firmadas entre a Bem Promotora e suas partes relacionadas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Bem Promotora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Bem Promotora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

Administração pretenda liquidar a Bem Promotora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Bem Promotora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Bem Promotora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Bem Promotora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

CARLOS CLARO
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Assine o JC impresso e receba em casa conteúdos exclusivos!

Jornal do Comércio

Telefone: (51) 3213.1300
WhatsApp: (51) 3213.1397
E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br